



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS

BRASÍLIA
1996

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Governo Fernando Henrique Cardoso

COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS

BRASÍLIA
1996

Brasil. Presidente (1995 — :F.H. Cardoso).

Comunidade solidária: todos por todos / Fernando Henrique Cardoso. — Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Casa Civil, Programa Comunidade Solidária, 1996.

14 p. — (Documentos da Presidência da República)

1. Desenvolvimento Social — Brasil. 2. Política e Governo — Brasil. I. Cardoso, Fernando Henrique, 1931- . II. Título. III. Série.

CDD 361.981

COMUNIDADE SOLIDÁRIA: TODOS POR TODOS

1. O QUE É?

A Comunidade Solidária é um novo modo de enfrentar a pobreza e a exclusão social no Brasil buscando a participação de todos. O seu objetivo é mobilizar os esforços disponíveis no governo e na sociedade para melhorar a qualidade de vida dos segmentos mais pobres da população.

Somando esforços, governo e sociedade são capazes de gerar recursos humanos, técnicos e financeiros para agir eficientemente no combate à pobreza. Por isso, a proposta da Comunidade Solidária baseia-se no princípio da parceria. Parceria do governo federal com os estados e municípios, realizada pela **Secretaria Executiva**, e parceria das ações governamentais com as iniciativas geradas pela sociedade civil, uma atribuição do **Conselho Consultivo**.

A Comunidade Solidária é parte importante, mas apenas uma parte, de um conjunto mais amplo de ações do governo e da sociedade para melhorar as condições de vida da população.

2. COMO FUNCIONA?

As ações da Comunidade Solidária são orientadas por um Conselho Consultivo e uma Secretaria Executiva.

O Conselho Consultivo da Comunidade Solidária é composto por 21 membros da sociedade civil, 10 ministros de Estado envolvidos com os programas que integram a Comunidade Solidária e pelo titular da Secretaria Executiva. É função do Conselho:

- propor e opinar sobre ações prioritárias na área social;
- Identificar novos temas e propor estratégias de ação em parceria com o governo e a sociedade civil;
- incentivar e fortalecer as ações da sociedade civil organizada e a participação dos cidadãos, propondo uma relação moderna e adequada entre o Estado e a Sociedade;
- Propor formas de interação com o terceiro setor para aumentar a eficiência e a escala de atuação das organizações da sociedade civil, como universidades, ONGs, fundações, igrejas, conselhos paritários, empresas públicas e privadas, entidades de classe e associações, em torno de temas sociais;
- Promover campanhas de conscientização da opinião pública para o combate à pobreza e à exclusão social.

Áreas Prioritárias do Conselho

O Conselho da Comunidade Solidária escolheu as seguintes áreas temáticas como foco de sua ação:

- defesa dos direitos das crianças e adolescentes em situação de risco;
- treinamento profissional e capacitação de jovens;
- crédito acessível às populações carentes, de modo a aumentar suas oportunidades de trabalho e de geração de renda;

-
- Segurança alimentar;
 - promoção de meios para o fortalecimento do terceiro setor;
 - apoio às iniciativas bem-sucedidas na área social.

Para coordenar e articular as ações do Governo Federal, foi criada a Secretaria Executiva da Comunidade Solidária. Vinculada à Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria não executa programas, não transfere recursos e nem assina convênios. Contando com assessoria técnica do IPEA, trabalha juntamente com os ministérios da seguinte forma:

- identifica as áreas onde se concentra a população mais pobre;
- seleciona quais as ações mais importantes no combate à fome e à pobreza;
- orienta a aplicação de recursos;
- coordena e acompanha o desenvolvimento dos programas selecionados, oferecendo sugestões para seu aperfeiçoamento;
- articula-se com estados e municípios visando a promoção de ações integradas nas áreas selecionadas.

Assim, a Secretaria Executiva funciona, na esfera federal, como um instrumento de orientação das ações do governo, tornando melhor seu desempenho e eficiência. Cada estado da federação constituiu uma equipe - geralmente nas secretarias de planejamento ou trabalho - responsável pela coordenação e acompanhamento das ações prioritárias, pela ampliação dos recursos financeiros e pelo assessoramento aos municípios na gestão dos programas e na busca de parcerias locais.

A atuação da Comunidade Solidária tem por objetivo os municípios. É no plano local que as possibilidades de formação de parcerias são mais amplas e que as ações públicas podem ser melhor controladas pela comunidade.

3. COMUNIDADE SOLIDÁRIA: O QUE FEZ O GOVERNO EM 1995?

Ampliou a cobertura dos programas que contribuem para reduzir a mortalidade na infância:

- | | |
|--|--|
| Combate à Desnutrição Infantil (INAN/MS) | Em 1994, foram contemplados com o Programa pouco mais de 250 municípios atingindo uma clientela de meio milhão de crianças e gestantes desnutridas. Em 1995 foram repassados recursos para a expansão do Programa em 750 municípios, para beneficiar cerca de 1 milhão e 600 mil beneficiários. |
| Agentes Comunitários de Saúde (SAS/MS) | Em 1995 foram treinados e contratados 12 mil agentes comunitários de saúde elevando para 40 mil o número total de agentes no país, que atuam em mais de 1.000 municípios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Vale ressaltar que cerca de dois terços dos agentes atuam no Nordeste. |
| Saneamento Básico (FNS/MS) | Em 1995 a Fundação Nacional de Saúde prestou apoio financeiro, técnico e administrativo a cerca de 600 municípios em obras de água, esgoto e melhorias sanitárias domiciliares |
| Incentivo ao Aleitamento Materno (INAN/MS) | Em 1995, 29 hospitais-maternidade foram credenciados pelo Ministério da Saúde como "Hospital Amigo da Criança" (estabelecimentos que cumprem os "Dez Passos para o Sucesso do Aleitamento Materno"), totalizando 40 hospitais habilitados. Vale destacar que até 1994, apenas 11 hospitais haviam sido credenciados. |

Melhorou o desempenho dos programas de suplementação alimentar:

Merenda Escolar
(FAE/MEC)

Em 1994 a transferência de recursos iniciou-se praticamente em meados do ano e correspondeu a um atendimento de cerca de 100 dias. Em 1995, a FAE assegurou merenda para 33,6 milhões de escolares durante 173 dias (96% da meta).

Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos-PRODEA (CONAB/MAARA)

Iniciado no final de dezembro de 1994, o Programa atendeu no ano de 1995 um milhão de famílias em 525 municípios e 158 acampamentos de Sem Terra. Foram distribuídas cerca de 3 milhões de cestas com 30 kg de alimentos cada.

Superou a meta prevista para os assentamentos rurais:

Assentamento Rural
(INCRA/MAARA)

Em 1995 foram assentadas 42.912 famílias superando a meta programada de 40 mil famílias estabelecida para o primeiro ano de Governo Fernando Henrique Cardoso.

Do total de assentamentos, 76,2% (32.710 famílias) correspondem a projetos novos e o restante, 23,8% (10.202 famílias) foram implantados em projetos criados antes de 1995, que ainda detinham capacidade física para assentamentos de trabalhadores rurais.

O total de assentamentos em 1995 é o maior já realizado pelo INCRA: entre 1986 e 1994 foram assentadas, em média anual, 16 mil famílias sendo o maior índice verificado em 1987 com 33.140 famílias.

Implementou um programa de geração de emprego e renda para micro e pequenos empreendimentos:

**PROGER Urbano
(MTb, BB e BNB)**

Com recursos do FAT, em 1995, o Banco do Brasil financiou projetos no valor de R\$ 56,8 milhões e o Banco do Nordeste no valor de R\$ 116,5 milhões. Vale destacar que a Secretaria Executiva da Comunidade Solidária conseguiu, junto ao Ministério da Fazenda, a isenção de IOF e do depósito compulsório para empréstimos no âmbito do PROGER.

**PROGER Rural
(MTb, MAARA e BB)**

Em agosto de 1995 foi aprovado pelo CO-DEFAT um programa de geração de emprego e renda no setor rural - PROGER Rural - para financiamento de pequenos produtores rurais. Até dezembro de 1995 haviam sido aplicados pelo Banco do Brasil R\$ 440 milhões.

**Educação Profissional
(MTb)**

Em 1995, 21 estados assinaram convênio com o Ministério do Trabalho para qualificação profissional de trabalhadores urbanos e rurais.

Retomou o financiamento de ações de saneamento e habitação para a população de baixa renda:

Pró-Saneamento e Pró-moradia (Sepurb/MPO)

Foi disponibilizado R\$ 1,033 bilhão do FGTS sendo R\$ 643 milhões para habitação e R\$ 390 milhões para saneamento.

Os dois programas começaram no segundo semestre de 1995. Foram instaladas instâncias colegiadas nos estados encarregadas de priorizar, hierarquizar e selecionar as propostas de financiamento. Os primeiros contratos de empréstimos fo-

PROSEGE
(Sepurb/MPO)

ram firmados pela Caixa Econômica Federal no final de dezembro de 1995.

Em 1995 foi revigorado o PROSEGE - obras de saneamento e geração de emprego e renda - com recursos de empréstimo externo, tendo sido aplicados, ao longo do ano, R\$ 68,5 milhões.

Promoveu, conjuntamente com os estados, uma ação integrada em 302 municípios mais pobres, selecionados em função da proporção de indigentes, e em bolsões de pobreza nas capitais e regiões metropolitanas:

Ações Integradas em Bolsões de Pobreza

Em 1995, a atuação concentrou-se, prioritariamente, nas áreas de saúde (redução da mortalidade na infância); alimentação (merenda escolar e distribuição de alimentos para famílias carentes); e, educação (transporte escolar, saúde do escolar, cestas de material para professor, aluno e escola; TV Escola, construção de um módulo de pré-escola e reforma de escolas). Nesses municípios foram alocados inicialmente, para tais programas, R\$ 215 milhões.

Estabeleceu novas parcerias no combate à fome e à pobreza entre o governo e organizações não-governamentais, sociedades civis e a iniciativa privada, destacando-se como exemplos:

Movimento Viva Rio

Recursos oriundos de leilões de imóveis da União no Rio de Janeiro foram destinados a esse movimento para beneficiar crianças e jovens.

Associação Brasileira de Extensão Rural

Através de uma articulação com a AS-BRAER promoveu-se o fortalecimento dos trabalhos dos extensionistas rurais

Associação Brasileira de Eco-Canoagem e Cidadania e Universidade Federal Fluminense	<p>nas localidades mais pobres selecionadas pela Comunidade Solidária.</p> <p>Por meio de uma parceria com diversas instituições públicas e privadas realizou-se a Expedição Amazônica visando o desenvolvimento de pesquisas e a prestação de serviços de saúde para as comunidades ribeirinhas do rio Solimões.</p>
ABIFARMA e Sul América Seguros	Apoio ao Programa de Agentes Comunitários de Saúde mediante a doação de 54 veículos (Sul América Seguros) e equipamentos para 40 mil agentes comunitários no valor de R\$ 6 milhões (ABIFARMA).
Confederação Nacional dos Transportes	Apoio ao Programa de Distribuição de Alimentos transportando, gratuitamente, 837 toneladas de peixe doadas pelo Programa Mundial de Alimentos.
Fundação Banco do Brasil	Implantação do programa de apoio ao Homem do Campo para atender áreas mais desassistidas abrangidas pela Comunidade Solidária.
Instituto Brasileiro de Administração Municipal e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	Análise e divulgação de experiências inovadoras no campo da gestão dos serviços públicos, especialmente aqueles relacionados com o saneamento ambiental e com a política habitacional para populações de baixa renda.

4. O QUE FARÁ A COMUNIDADE SOLIDÁRIA EM 1996?

Dando continuidade à estratégia adotada em 1995, a Secretaria Executiva da Comunidade Solidária irá atuar em três frentes interligadas, quais sejam:

4.1. Convergência e integração de ações focalizadas em localidades mais pobres

Em 1996, a atuação convergente e integrada da Comunidade Solidária será ampliada para 1.111 municípios, aí incluídos os 302 que já foram atendidos em 1995.

Nos 302 municípios da primeira etapa será promovido um esforço conjunto dos governos federal e estadual para ampliar e aprimorar o rol de ações de combate à pobreza como, por exemplo, capacitação profissional, geração de emprego e renda, saneamento básico e apoio a agricultura familiar.

Nos 809 municípios da segunda etapa, a atuação governamental deverá contemplar, prioritariamente, as seguintes áreas:

- redução da mortalidade na infância (programa de combate a desnutrição materno-infantil e de agentes comunitários de saúde);
- suplementação alimentar de estudantes e de famílias carentes (programa da merenda escolar e da distribuição emergencial de alimentos);
- apoio ao ensino fundamental (transporte e material escolar e saúde do estudante).

A ampliação desses programas pressupõe a adesão dos municípios, a garantia de contrapartidas e o preenchimento dos requisitos exigidos por cada um dos programas mencionados.

4.2. Melhoria do desempenho dos programas prioritários

Dentro do conjunto de ações desenvolvidas pelos Ministérios que participam mais diretamente da Comunidade Solidária, foram selecionados alguns programas que podem trazer efeitos imediatos no combate à fome e à pobreza, observando-se os seguintes objetivos:

- redução da mortalidade na infância;

- suplementação alimentar;
- apoio ao ensino fundamental;
- geração de emprego e renda;
- melhoria das condições de moradia;
- desenvolvimento rural.

Essas áreas de atuação envolvem recursos da ordem de R\$ 5,5 bilhões, assim distribuídos:

- R\$ 3,6 bilhões constantes na proposta orçamentária encaminhada pelo Executivo ao Legislativo (sujeita a reformulação);
- R\$ 1,6 bilhão proveniente do FGTS para o financiamento do Pró-Moradia e Pró-Saneamento;
- R\$ 280 milhões provenientes do FAT para o Programa de Geração de Emprego e Renda.

Áreas de Atuação	Proposta Orçamentária (em R\$ mil)
Redução da Mortalidade na Infância	1.010.575,3
Suplementação Alimentar ⁽¹⁾	650.000,0
Apoio ao Ensino Fundamental	632.308,7
Geração de Emprego e Renda	442.000,0
Melhoria das Condições de Moradia	530.476,8
Desenvolvimento Rural	372.803,9
TOTAL	3.637.164,7

Fonte: Ministérios Setoriais

(1) Não estão incluídos recursos para aquisição de estoques de alimentos à conta do 02C.

4.3. Promoção de parcerias Governo/sociedade civil

A Secretaria Executiva, em articulação com o Conselho da Comunidade Solidária, continuará promovendo parcerias com outras instâncias governamentais e organizações da sociedade civil visando mobilizar novos recursos materiais, humanos e financeiros.

5. QUAIS OS CRITÉRIOS PARA A SELEÇÃO DE MUNICÍPIOS EM 1996?

A seleção dos municípios, alvo prioritário da Comunidade Solidária em 1996, tomará por base a relação dos 1064 municípios mais pobres do país elaborada pelo IBGE e a Secretaria Executiva a partir dos indicadores de pobreza municipal. Essa relação combina dois grupos de indicadores:

a - Indicadores de Indigência - Mapa da Fome/IPEA

Esses indicadores classificam os municípios de acordo com a respectiva proporção de famílias indigentes, ou seja, aquelas famílias cuja renda monetária é insuficiente para garantir uma alimentação adequada.

Foram selecionados, em cada unidade da federação, os municípios mais pobres cuja soma de famílias indigentes alcançava 10% do total de indigentes de cada estado.

b - Índice de Condições de Sobrevivência - UNICEF/IBGE

Esse índice ordena os municípios com base no Índice de Condições de Sobrevivência das Crianças de 0 a 6 anos de idade. Este índice foi construído a partir dos seguintes indicadores: renda e nível educacional do chefe de família, percentual de crianças em domicílios com chefia feminina e percentual de crianças em domicílios com abastecimento de água inadequado.

A partir dos municípios que apresentavam índices mais insatisfatórios foram incluídos na relação aqueles cuja soma de famílias

indigentes alcançava o limite estabelecido de 10% dos indigentes de cada estado.

A seleção dos municípios mais pobres do país foi feita a partir das listagens construídas com base nos dois critérios acima mencionados e publicada em fevereiro de 1995 pelo IBGE, sob o título: Identificação de Áreas de Pobreza no Brasil. A lista dos municípios da Região Norte foi atualizada para incluir a área rural, com base no trabalho realizado pelo IPEA/SUDAM: Revisão das Estimativas de Indigência na Região Amazônica (abril de 1996).

6. COMO SE DISTRIBUEM POR REGIÃO OS MUNICÍPIOS A SEREM PRIORITARIAMENTE ATENDIDOS EM 1996?

A distribuição regional dos municípios é apresentada no quadro a seguir:

BRASIL - Número de Municípios Segundo Regiões Total⁽¹⁾ e Municípios Alvo da Comunidade Solidária

(Abril/96)

Região	Nº de Municípios Total	Distribuição Percentual	Nº de Municípios Com. Solidária	Distribuição Percentual
Norte	398	8,0	129	11,6
Nordeste	1.557	31,3	437	39,3
Sudeste	1.533	30,8	264	23,7
Sul	1.058	21,3	173	15,7
Centro-Oeste	427	8,6	108	9,7
TOTAL	4.973	100,0	1.111	100,0

Fonte: Tribunal de Contas da União

(1) - Não estão incluídos os municípios criados e ainda não instalados.

Observa-se que as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste são proporcionalmente mais beneficiadas.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria de Comunicação Social
Subsecretaria de Imprensa e Divulgação

Apoio Institucional
Casa Civil
Programa Comunidade Solidária

COLEÇÃO DOCUMENTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTUGUÊS

1. DISCURSO DE DESPEDIDA DO SENADO FEDERAL
2. DISCURSO DE POSSE
3. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
4. POLÍTICA EXTERNA
5. A NOVA FASE DA PRIVATIZAÇÃO
6. CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS NO BRASIL
7. FATOS E DADOS SOBRE O BRASIL DO REAL
8. REAL UM NOVO COMEÇO
9. PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA
10. PROPOSTA DE REFORMA TRIBUTÁRIA
11. DIREITOS HUMANOS: NOVO NOME DA LIBERDADE E DA DEMOCRACIA
12. PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO
13. MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL
14. OS RUMOS PARA 1996

INGLÊS

1. PRIVATIZATION ENTERS A NEW PHASE
2. PUBLIC SERVICE CONCESSIONS IN BRAZIL
3. THE RESULTS OF THE REAL PLAN
4. THE TELECOMMUNICATION SECTOR IN BRAZIL
5. BRAZIL 1996: FROM REFORM TO GROWTH

